

Consórcio Nordeste gera novo desafio para governo

Ministro da Casa Civil presidia o grupo na época dos desvios

Por Karoline Cavalcante

Em busca de aumentar a sua popularidade, o governo federal tem esbarrado em uma série de situações delicadas no caminho. Com os desdobramentos do caso de supostos desvios financeiros envolvendo pagamentos do Consórcio Nordeste, o atual ministro da Casa Civil, Rui Costa — que à época presidia a autarquia — poderá ser um dos atingidos pelas apurações.

A Polícia Federal identificou indícios de que os R\$ 48,7 milhões pagos, em 2020, pelo Consórcio Nordeste à empresa Hempcare Pharma Representações Ltda. — para a compra de 300 ventiladores pulmonares destinados ao combate à pandemia de covid-19, que nunca foram entregues — foram desviados por meio de uma rede de transferências bancárias para contas de pessoas e empresas sem relação com o contrato. As informações foram reveladas pelo portal UOL nesta segunda-feira (28).

De acordo com a investigação, a Hempcare — que foi fundada para distribuir medicamentos à base de canabidiol e nunca teve experiência na venda de equipamentos médicos — recebeu o valor de forma antecipada e, em menos de um mês (8 de abril a 20 de maio de 2020), esvaziou suas contas.

Os recursos públicos bancaram a compra de veículos de luxo, como um SUV Volkswagen Touareg (R\$ 75 mil, em valores da época), um caminhão Mercedes-Benz Accelo 815 (R\$ 176 mil) e um Mitsubishi ASX (R\$ 76 mil). Além do pagamento de R\$ 150 mil em faturas de cartão de crédito e até



Rui Costa presidia Consórcio Nordeste na época das irregularidades

mensalidade escolar dos filhos de um dos investigados.

Delação

O detalhamento aponta que cerca de R\$ 5 milhões passaram por empresas ligadas a setores imobiliários e financeiros, sem qualquer vínculo com a entrega dos respiradores. Um dos nomes citados no caso é o de Cleber Isaac, que se apresentou como amigo pessoal do então governador da Bahia, Rui Costa. Segundo delação premiada de Cristiana Taddeo, dona da Hempcare, Isaac e outro lobista, Fernando Galante, receberam juntos R\$ 11 milhões em comissões.

Taddeo afirmou que o pagamento a esses intermediários foi decisivo para a agilidade na assinatura do contrato com o Consórcio. Em seu acordo de colaboração, a empresária devolveu R\$ 10 milhões ao erário, o restante ainda não foi localizado.

O caso segue em apuração.

Inicialmente sob responsabilidade da Justiça Federal da Bahia, o inquérito foi remetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) após mudança no entendimento sobre foro privilegiado. O ministro Og Fernandes será o relator da investigação.

Durante a pandemia de covid-19, as irregularidades na compra dos respiradores pelo Consórcio Nordeste foram tema de diversas reportagens do Correio da Manhã.

TCU

Na última quarta-feira (23), o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu não responsabilizar o ex-secretário-executivo do Consórcio Nordeste, Carlos Gabas, que autorizou o pagamento integral à empresa contratada para a compra dos respiradores, mesmo sem a apresentação de uma justificativa incontestável. Por cinco votos a três, os ministros absolveram Gabas e o então gerente-administra-

tivo do Consórcio, Valderir Claudino de Souza.

A decisão contraria o parecer da área técnica e o do relator do caso, ministro Jorge Oliveira. A maioria dos integrantes da Corte acompanhou o voto do ministro Bruno Dantas, que defendeu a instauração de um processo administrativo somente à empresa Hempcare.

Ao Correio da Manhã, especialistas avaliaram o impacto do cenário. Embora Rui Costa não tenha sido citado pelas apurações já realizadas pelo TCU, o caso poderá colocar o governo federal em mais uma situação delicada se comprovado o seu envolvimento. Na avaliação do advogado e cientista político Melillo Dinis, não é possível qualquer condenação prévia, pois cabe à Corte de Contas apurar tudo com o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Porém, a “estação está puxada” e poderá servir de munição para políticos do campo opositorista.

Lupi reconhece que INSS demorou para apurar desvios

Por Gabriela Gallo

Em meio às polêmicas referentes ao esquema de desvio de recursos para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nesta segunda-feira (28) o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) se reuniu para discutir a situação. Na reunião do conselho, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT), reconheceu que o INSS demorou para apurar sobre os descontos de beneficiários. “Instruí para que o INSS, que é a instituição responsável pela ação dessa política pública, começasse a apurar essas denúncias apresentadas. Levou-se tempo demais”, disse Lupi. Nesta terça-feira (29), ele participará de duas comissões no Congresso Nacional para prestar esclarecimentos sobre o caso.

O ministro já havia sido alertado sobre o aumento de descontos não autorizados em aposentadorias em junho de 2023, segundo atas de reuniões do CNPS. A primeira medida concreta do INSS para tentar parar os golpes somente foi realizada em março de 2024, quando o órgão publicou novas regras para que as associações fizessem os descontos nas aposentadorias.

Segundo o ministro, na época, apesar de considerar a suspeita relevante, ele considerou que era necessário um



Desvios no INSS pressionam Lupi no governo

levantamento detalhado antes de qualquer providência. Ele ainda completou que a conselheira que trouxe as denúncias pela primeira vez não apresentou provas materiais na época. “O INSS não é um botequim de esquina. Não podemos ter resultados de apuração de forma imediata”, afirmou.

Carlos Lupi ainda pediu para que o relatório final da Polícia Federal sobre o caso seja finalizado para que eles possam “separar o joio do trigo” e que os responsáveis por atuar no esquema de fraude serão punidos. “Não estou aqui para proteger ninguém que cometeu irregu-

laridades. Agora, eu não posso, nem o Conselho, nem nenhum de vocês, ser responsabilizado por erros de terceiros”, declarou o ministro durante a reunião.

O CNPS é o órgão do Ministério da Previdência Social responsável por estabelecer diretrizes gerais, participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária, além de apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social.

Entenda

Na última quarta-feira (23), a Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação que investiga um

esquema de fraudes nos repasses do Instituto Nacional do Seguro Social. O então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, indicado por Carlos Lupi, foi demitido do cargo no mesmo dia. Segundo a apuração, eram descontados valores mensais de aposentados e pensionistas do INSS, sob a justificativa de que os beneficiários teriam se tornado membros de associações de aposentados – o que não era o caso, já que as vítimas não foram vinculadas a nenhuma associação.

Ao todo, onze associações são investigadas por participarem do esquema. Se confirmadas as investigações, os investigados podem responder pelos crimes de corrupção ativa e passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsificação de documento e violação de sigilo funcional.

O caso aconteceu entre 2019, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), e 2024, segundo ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e segundo ano da gestão de Carlos Lupi no comando do Ministério da Previdência Social. Ao longo desses seis anos, os desvios dos recursos de aposentados e pensionistas totalizam R\$ 6,3 bilhões.

Após o escândalo do INSS, aliados do governo federal pressionam Lula a demitir Carlos Lupi do Ministério da Previdência para tentar conter a crise no governo.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Governador fez elogios ao presidente argentino

Tarcísio falou o que o mercado financeiro quer ouvir

Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) foi ontem a evento do Banco Safra e falou tudo o que a plateia do mercado financeiro queria ouvir.

Sugeriu diminuição do tamanho do Estado e corte de subsídios — e ainda elogiou o presidente argentino, Javier Milei. Segundo Tarcísio, ele está mostrando que há um caminho liberal a

ser seguido.

Apesar da fala focada em questões nacionais, o governador insiste que não tentará a Presidência em 2026 e que será candidato à reeleição.

Entre os partidos de direita e de centro direita, há quase um consenso de que Tarcísio não resistirá às pressões para tentar o Planalto — a menos que Lula esteja muito forte no ano que vem.

Liberal Haddad

No encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), também procurou agradar o público. Elogiou o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), frisou que, neste ano, ele fará 35 concessões de estradas. Afirmou que o governo anterior só entregou cinco.

Rejeição

Um dos assuntos das conversas foi a nova pesquisa Atlas, que registra diminuição da rejeição de Lula — a diferença entre reprovação e aprovação do presidente caiu de 8,7 para 4 pontos. Apontou também que ele e Tarcísio fariam uma disputa animada pelo Palácio do Planalto.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula teria disputa equilibrada com bolsonaristas

Pesquisa aponta empates no segundo turno

De acordo com o levantamento, o presidente e o governador chegariam empatados num eventual segundo turno, com 46,7% para cada um.

O resultado indica uma concentração de votos conservadores em Tarcísio que, num primeiro turno, teria 34,3%: cresceria 12,4 pontos entre as duas rodadas. No mesmo cenário,

Lula teria 42,8%; ou seja, seus votos aumentariam apenas 3,9 pontos.

A polarização também se mantém quando Michele Bolsonaro, mulher do ex-presidente, é apresentada como candidata. Ela teria 31,3% no primeiro turno; Lula, 43,3%. Na rodada final, empate: 46,4% para o presidente e 46,1% para ela.

Batom do STF

Pastor, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, perdeu as estribelas diante de mais notícias sobre um eventual acordo entre Supremo Tribunal Federal, Senado e Câmara dos Deputados em torno de um novo projeto de anistia. “É batom na cueca do STF”, afirmou.

Ingerência

Apesar de já ter reiterado que topa mudanças no projeto de anistia que está na Câmara, Sóstenes não aceita que o STF trate do processo legislativo — uma função do Congresso Nacional. Como muitos da oposição, tem reclamado do que classifica de ingerência do Judiciário.

Acordo

Sóstenes nega que tenha violado o acordo do STF com o Congresso ao ameaçar destinar apenas para parlamentares do PL emendas discutidas em comissões presididas pelo partido. Isso, para forçar a anistia. Diz que a transparência exigida pelo Judiciário será mantida.

Precedente

Obrigado pelo ministro Flávio Dino a se manifestar sobre suas declarações ao jornal O Globo, o líder do PL afirma manter o que disse. Frisa que, no máximo, descumprirá acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta — que, insiste, não respeitou trato sobre votar a anistia.